

IV SUSTENTARE & VII WIPIS
WORKSHOP INTERNACIONAL
Sustentabilidade, Indicadores e Gestão de Recursos Hídricos
de 16 a 18 de novembro de 2022

EVENTO GRATUITO TOTALMENTE ONLINE

Realização: SUSTENTARE POC-CAMPINAS

REDES RECURSOS

Apoio: Agência das Bacias PCJ

COMITÊS PCJ

EDUCAÇÃO DO CAMPO: UM ESPERANÇAR FRENTE À DESIGUALDADE SOCIAL

Maria de Fátima Caldas de Figueirêdo

Doutorado Acadêmico em Educação Contemporânea, Centro Acadêmico do Agreste, Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, Pernambuco, Brasil

maria.caldas@ufpe.br

Resumo: Este trabalho tem como objetivo discutir questões referentes à Educação do Campo e a sustentabilidade no combate a desigualdade social. Teve como metodologia a leitura e levantamento de marco teórico que sustenta a discussão delimitando autores que dialogam sobre a temática. Essa discussão funda-se nas contribuições de Educação do Campo (Caldart, 2012; Arroyo, 2004), escolas do campo (Molina; Sá 2012), pobreza e desigualdade social (Duarte, 2017-2018), educação como prática libertadora (Freire, 1987) e sustentabilidade (Silva, 2012). Percebendo a necessidade de evidenciar e planejar a Educação do Campo com políticas públicas que realmente viabilizem o processo de ensino e aprendizagem na região campesina incluindo por meio dele a sustentabilidade e o combate às desigualdades sociais.

Palavras-chave: Educação do Campo, Pobreza, Política Social, Sustentabilidade.

1. INTRODUÇÃO

Como pensar a sustentabilidade no campo em um período sócio-político-econômico tão sombrio? Quais ações podem ser desenvolvidas para essa sustentabilidade voltada para os povos do campo? E como a educação pode contribuir nesse processo de sustentabilidade? São muitos os questionamentos que nos atravessam quando debatemos sobre a sustentabilidade no campo.

Sustentabilidade é de modo geral “a capacidade do planeta de sustentar as sociedades humanas e seu nível de consumo de materiais e energia, e a conseqüente produção crescente de detritos e poluição” (SILVA, p. 730, 2012). Quando olhamos em especial para a vivência e trabalho no campo temos a compreensão de sustentabilidade como a forma que os seres humanos interagem com a natureza e nessa perspectiva se almeja uma interação que possibilite uma vida digna aos que ali vivem e da natureza tiram seu sustento.



IV SUSTENTARE & VII WIPIS
WORKSHOP INTERNACIONAL
Sustentabilidade, Indicadores e Gestão de Recursos Hídricos
 de 16 a 18 de novembro de 2022

EVENTO GRATUITO TOTALMENTE ONLINE

Realização: SUSTENTARE PUC-CAMPINAS

COMITÊS EDUCOP

Apoio: Agência das Bacias PCJ

COMITÊS PCJ

É evidente a existência de duas classes sociais bem distintas que ocupam os espaços do campo: os camponeses e os latifundiários. Os camponeses são detentores de pequenas partes de terra que são utilizadas para o sustento de toda família, inclusive todos os membros familiares tem presença ativa nas atividades do roçado. Enquanto os latifundiários como fazendeiros e grandes empresários detém em suas mãos uma grande proporção de terra com ferramentas e tecnologias disponíveis para seu trabalho. Esses são dois extremos que disparam a cada dia, tanto em termos dos sujeitos que fazem parte como da desigualdade social que estas geram.

A desigualdade social é considerada por Duarte (2017-2018) a maior e mais profunda corrupção que necessita de enfrentamentos e, para reduzi-la, é preciso que a prestação de serviços realizada pelo Estado seja uma questão de direito, onde as formulações de políticas públicas sociais sejam voltadas no combate a pobreza vivenciada por tantos alunos, alunas e famílias do campo.

O ato de reconhecer a pobreza é condição para superá-la e esse reconhecimento na escola é condição para assegurar o direito à educação (DUARTE, 2017-2018). Assim, a Educação do Campo é um esperar que dialoga com Freire (1987) em um esperar de lutar, resistir, buscar, unir-se com outros pela mesma causa e não desistir. Dessa forma, a Educação do Campo surge como uma possibilidade de inclusão dos povos do campo ao acesso a educação de qualidade e garantia de direitos e sustentabilidade.

2. EDUCAÇÃO DO CAMPO

A Educação do Campo, segundo Caldart (2012), foi inicialmente instituída como Educação Básica do Campo e, após quatro anos, em 2002, teve a nomenclatura com a qual a reconhecemos atualmente. Ela surgiu a partir de reivindicações de movimentos sociais de trabalhadores como os Sem Terra. Nesse sentido, a Educação do Campo se contrapõe à Educação rural na medida em que busca reverberar na prática educativa a visibilidade e a garantia de direitos dos povos do campo, incluindo nesses, os quilombolas.

Para tanto há a necessidade de políticas públicas que assegurem a efetivação dos direitos dos povos do campo. Dentre estes, o direito ao acesso à escola pública enquanto unidade formadora e a uma Educação do Campo, que deve ocorrer no campo e seja do campo (CALDART, 2012), sendo necessariamente uma educação que contemple a realidade dos povos que ali estão inseridos.

Em oposição à criação e incentivos de políticas públicas em prol da Educação do Campo, ganham força as políticas neoliberais, cuja consequência é vista na subalternização dos povos do campo, silenciando-os e os desprovido de direitos e garantias, fator presente fortemente na atualidade com os desmontes que a educação vem sofrendo, incluindo a Educação do Campo.

Vislumbra-se tal situação como o fato de que “o modelo de educação básica queira impor para o campo currículos da escola urbana, saberes e valores urbanos, como se o campo e sua cultura pertencessem a um passado a ser esquecido e superado” (Arroyo, 2004, p.79), lembrando que as políticas educacionais e os currículos são voltados para a educação na cidade deixando a Educação do Campo no esquecimento, desconsiderando que o conhecimento escolar deve contribuir para uma sociedade democrática (FREIRE, 1987).

As escolas do campo conforme Molina e Sá (2012) surgem a partir dos movimentos da Educação do Campo, se colocando em oposição à normatização das escolas e projetos impostos para os povos do campo. A presença da escola como formadora de ideias e espaço de reflexão permite a classe trabalhadora se impor ao sistema dominante e lutar em busca das garantias de seus direitos.

A escola do campo também está construída na concepção da educação omnilateral, ou seja, uma educação na perspectiva de emancipação humana na sua totalidade, proporcionado à classe trabalhadora uma formação integral. Da mesma forma que a escola do campo se constitui com base na escola unitária que se fundamenta na unificação dos trabalhos manual e intelectual, se contrapondo as divisões dos trabalhos que é resultado da separação da sociedade em classe (MOLINA; SÁ, 2012).

3. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Fica compreendida que a Educação do Campo é uma luta constante não só pelo acesso a educação pública, mas também por uma prática pedagógica reflexiva em torno das desigualdades sociais e que inclusive contemple práticas de sustentabilidade dos camponeses, tornando-se dessa maneira um ato de resistência dos povos do campo que têm sofrido ataques geradores de silenciamento, subalternização e dominação. E como a Educação do Campo tem uma história marcada por uma invisibilidade social, precisa ser evidenciada e planejada com políticas públicas que realmente viabilizem o processo de ensino e aprendizagem na região campestre incluindo por meio dele a sustentabilidade e o combate as desigualdades sociais.

REFERÊNCIAS

- [1] ARROYO, M. G. (2004). A educação básica e o movimento social do campo. In: ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. *Por uma educação do campo*. Petrópolis: Vozes.
- [2] CALDART, R. S. (2012). Educação do campo. *Dicionário da educação do campo*, v. 2, p. 257-265.

IV SUSTENTARE & VII WIPIS
WORKSHOP INTERNACIONAL
Sustentabilidade, Indicadores e Gestão de Recursos Hídricos
de 16 a 18 de novembro de 2022

EVENTO GRATUITO TOTALMENTE ONLINE

Realização: SUSTENTARE POU CAMPINAS WIPIS EDUCOP

Apoio: Agência das Bacias PCJ COMITÊS PCJ

- [3] FREIRE, P. (1987). *Pedagogia do Oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- [4] MOLINA, M. C.; SÁ, L. M. (2012). Escola do campo. *Dicionário da educação do campo*, v. 2, p. 324-331.
- [5] DUARTE, N. S. et al (2017-2018). Dos afetos da iniciativa EPDS. *Educação, pobreza e desigualdade social: a iniciativa EPDS na Universidade de Brasília* – v. 2: Medições, p. 9 – 16.
- [6] SILVA, C. E. M. (2012). Sustentabilidade. *Dicionário da educação do campo*, v. 2, p. 730-734.